

A EDUCAÇÃO DO NEGRO: Uma Revisão da Bibliografia

Regina Pahim Pinto
Da Fundação Carlos Chagas

RESUMO

Este trabalho procurou reunir num quadro coerente e sistemático, dados, informações e reflexões sobre a educação de negros que, devido a ausência de estudos específicos sobre o tema, aparecem dispersos na extensa bibliografia sobre o negro brasileiro. Estes dados foram discutidos e organizados sob os seguintes tópicos: A educação no contexto teórico dos trabalhos sobre o negro brasileiro; Dados de interesse sobre a educação do negro; Fatores que interferem na escolarização do negro; Conseqüências da escolarização do negro; Resistências e perspectivas.

SUMMARY

This article joins within a coherent and systematic scheme a set of data, informations and considerations on the education of negroes, on account of the absence of specific studies on this subject, are dispersed among the extensive bibliography concerning Brazilian negroes.

These data were discussed and organized under the following headings; Education in the theoretical context of the studies concerning the Brazilian negro; Relevant data about this theme; Factors that affect negro's scholarship; Consequences of negro scholarship; Reactions and perspectives.

APRESENTAÇÃO

Este artigo resume um dos capítulos do relatório *Diagnóstico sobre a situação educacional de negros (pretos e pardos) no Estado de São Paulo*¹, realizado por uma equipe de pesquisadores da Fundação Carlos Chagas, em convênio com a Secretaria de Educação e com o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo².

O *diagnóstico* constou de três partes: A educação de negros através da bibliografia; Preconceitos e discriminações raciais em livros didáticos e infanto-juvenis; e Indicadores Sociais, de autoria de Regina Pahim Pinto, Esmeralda Vailati Negrão e Fúlvia Rosemberg, respectivamente.

No capítulo de revisão bibliográfica sobre educação de negros³, objeto deste artigo, procurou-se organizar e discutir os temas detectados nos textos analisados sob a ótica da educação.

Os procedimentos adotados no processo de levantamento e localização da bibliografia, bem como a síntese efetuada, foram profundamente marcados por um determinante essencial: a quase ausência absoluta de obras que tratassem direta e especificamente da educação de negros paulistas ou brasileiros.

É verdade que o tema educação aparece de forma recorrente tanto na obra de estudiosos — brancos e negros — que focalizaram as relações entre as raças no Brasil, quanto na produção negra militante. Porém, o tema se faz aí quase sempre presente de forma subsidiária, geralmente no contexto de análises mais amplas, sem que se tenha privilegiado o recorte e o enfoque educacional. Complementarmente, educadores e pesquisadores em educação têm ignorado a questão, nos diagnósticos gerais, pesquisas ou ensaios sobre o ensino no Brasil.

Esta carência levou-nos a privilegiarmos obras gerais sobre a população negra, na expectativa de encontrarmos alguma referência sobre sua situação educacional, ainda que a obra não tivesse este tema como objeto principal.

A ausência de caminhos já trilhados, bem como a extensão e dispersão das informações conferem um caráter provisório — de ponto de partida — a esse trabalho. Uma etapa inicial de um processo de conhecimento que ainda está por ser feito, na medida em que sugere vários caminhos possíveis pelos quais a análise poderá prosseguir.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A educação do negro brasileiro tem sido um tema pouco explorado, tanto entre os estudiosos da Educação, quanto entre aqueles que se propuseram a compreender como se processam as relações raciais no país.

Com exceção de referências esparsas a respeito de aspectos, direta ou indiretamente, relacionados com o desempenho escolar ou, no contexto de trabalhos mais amplos, algumas análises específicas de dados sobre a escolaridade do negro, praticamente não encontramos estudos sistemáticos sobre o tema.

Não é por acaso, entretanto, que isto ocorre. Certamente esta carência de textos sobre a educação do negro brasileiro reflete o descuido com que os levantamentos oficiais têm tratado a investigação sobre a composição racial do povo brasileiro.

Esta lacuna também explica, pelo menos parcialmente, a ausência quase que absoluta de informações, discussões ou mesmo uma simples referência sobre as especificidades raciais nos diagnósticos educacionais. Um leitor mais desavisado, que não conhecesse nosso país, através da leitura destes diagnósticos — cuja importância e seriedade sob outros aspectos merecem toda destaque — poderia ser induzido a pensar que somos um país mono-racial.

Todavia, é na própria maneira como tem sido encarada a questão das relações raciais no Brasil que podemos encontrar algumas pistas sobre a orientação que vem subsidiando a coleta de dados em nosso país.

Oliveira et al. (1985) distinguem duas correntes principais no pensamento social brasileiro sobre a raça. Uma delas, ligada originalmente à obra de Gilberto Freyre, postula a existência de uma democracia racial; a outra, liderada por Florestan Fernandes, cuja produção desnudou, a partir de análises de caráter histórico-estrutural, uma profunda desigualdade entre os segmentos branco e negro da população.

A crítica à crença na existência de uma democracia racial no Brasil já foi feita por vários autores. E é no bojo deste debate que encontramos referências à relação entre esta maneira de encarar a realidade racial brasileira e a ausência de dados sobre a variável cor/etnia: "Poderíamos nos perguntar em que medida os descendentes de negros e de indígenas, após 94 anos da abolição da escravatura, terão hoje oportunidades iguais às que são proporcionadas aos brasileiros brancos. Por algum tempo as autoridades governamentais preferiram evitar que houvesse uma preocupação sobre o assunto. Acreditaram que poderiam fazer parecer que não houvesse tais diferenças se não mais as registrássemos. Por esta razão resolveram omitir a pergunta sobre cor ou raça no Censo de 1970 realizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE" (Suplicy, 1982, p. 129).

Entretanto, a precariedade de dados sobre a variável cor explica apenas parcialmente a ausência de estudos mais aprofundados e articulados sobre a educação do negro. Consideramos que esta lacuna se deve, em grande parte, à maneira como têm sido desenvolvidos os estu-

1 FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. *Diagnóstico sobre a situação educacional de negros (pretos e pardos) no Estado de São Paulo*. 2v. São Paulo, 1986. (versão preliminar).

2 Como desdobramento deste trabalho, a Fundação Carlos Chagas e o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo, com o apoio financeiro da Fundação Ford, promoveram em dezembro de 1986 o Seminário "O Negro e a Educação" reunindo estudiosos, pesquisadores e militantes do movimento negro. Os temas debatidos neste evento serão objeto de um número especial do *Caderno de Pesquisas*, a ser publicado proximamente.

3 No contexto deste trabalho utilizamos o termo negro para caracterizar o segmento racial composto por pretos e mulatos.

dos sobre o negro, e as perspectivas teóricas em que se apóiam. De fato, nos textos que analisamos de autores que têm se preocupado em caracterizar as linhas teóricas e metodológicas que subsidiam os estudos sobre o negro na sociedade brasileira, encontramos algumas observações que nos ajudam a compreender essa ausência de uma preocupação específica com a educação do negro.

A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO TEÓRICO DOS TRABALHOS SOBRE O NEGRO BRASILEIRO

Ianni e Cardoso (1960), referindo-se às investigações que constituíram parte do projeto de pesquisas patrocinado pela UNESCO⁴, visando compreender a situação das relações raciais no território brasileiro, apontam para a heterogeneidade destes estudos, observando que alguns se concentram em um dos aspectos do fenômeno, outros abordam o mesmo aspecto mas com penetração de análise diversa.

Segundo Borges Pereira (1967), as pesquisas incentivadas pela UNESCO se caracterizaram pela apreensão macroscópica, através de uma sistemática sociológica, de áreas da realidade brasileira ainda não cobertas pela investigação científica. Como resultado desses trabalhos, ocorreu o delineamento de uma realidade concebida como um conjunto de expressões geográficas e históricas, peculiares e distintas, onde fenômenos sócio-culturais, tidos como nacionais, sofrem refrações ao passarem as fronteiras que delimitam tais áreas. Há uma preocupação em precisar nuances regionais do que vem sendo considerado ou rotulado como nacional.

Esta perspectiva explica, em parte, o tratamento que a educação vem recebendo nestes estudos. Em geral, ela é focalizada sob o ângulo restrito da escolaridade, e os dados a respeito constituem um dos itens que ajudam a configurar a situação da população negra naquela área, em contraste com a população branca. No contexto destes trabalhos encontramos análises sobre a influência da escolarização na situação e na ascensão do negro na sociedade (Ianni, 1966; Pinto, 1953; Azevedo, 1953), a influência da situação econômica sobre sua situação educacional (Pinto, 1953).

Carlos A. Hasenbalg, ao se referir especificamente às pesquisas de Florestan Fernandes, Ianni e Cardoso⁵, mostra como as relações raciais são aí enfocadas a partir da análise do processo de desagregação do sistema escravista e de constituição de uma sociedade de classes (Hasenbalg, 1981).

Na obra em que aborda particularmente este processo, Fernandes interpreta as relações entre negros e brancos no período pós-Abolição como resquícios do antigo regime, e incompatíveis com a nova ordem social que se configura numa sociedade competitiva e de classes. Nesta perspectiva, o esforço do autor se concentra, sobretudo, em desvendar os fatores que concorrem para a permanência das formas de acomodação racial desenvolvidas no passado, tanto no âmbito das estruturas sociais da sociedade abrangente, como da própria população negra, procurando, inclusive, verificar o quanto esta situação afetou, por sua vez, a popula-

ção de pretos e de mulatos, dificultando a sua integração na sociedade de classes.

Neste esquema, a análise se volta principalmente para a questão da integração e da mobilidade e, conseqüentemente, para os fatores que a dificultam ou facilitam-na. É nesta perspectiva, então, que a educação é abordada, enquanto um fator que eventualmente pode influir nesse processo. Por sua vez, fenômenos como a anomia, pauperização, herança cultural — essenciais dentro de seu esquema interpretativo para se entender, dimensionar e contextualizar o processo de integração — quando relacionados a aspectos que dizem respeito à educação, são sempre interpretados ou trabalhados na perspectiva da integração. Em decorrência dessa opção teórico-metodológica, os dados de natureza qualitativa que desvendam aspectos interessantes para se entender a educação na ótica do negro não são articulados em sua especificidade⁶. No estudo de Ianni⁷,

4 Na década de cinqüenta, a UNESCO patrocinou uma série de pesquisas sobre relações raciais, a serem efetuadas em vários pontos do território nacional. Essa investigação global, da qual o estudo das relações raciais em São Paulo faz parte, com os trabalhos de Oracy Nogueira, Roger Bastide, Florestan Fernandes, Virginia Leone Bicudo e Anieli Meyer Ginsberg, reunidos em um volume sob o título *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*, deu origem a vários estudos: *Branco e Negro em São Paulo* de Roger Bastide e Florestan Fernandes; *A integração do negro à sociedade de classes* e *O Negro no mundo dos brancos* de Florestan Fernandes; *Le prochain et le lointain* e *Les religions africaines au Brésil* de Roger Bastide.

Na mesma época foram efetuados os estudos de: L.A. da Costa Pinto *O negro no Rio de Janeiro*; de Thales de Azevedo *Les élites de couleur dans une ville Brésilienne*; de Charles Wagley, *Races et classes dans le Brésil rural*; e de René Ribeiro *Religião e relações sociais*.

Por sua vez, uma série de outras pesquisas foram realizadas graças à influência desses estudos, como os trabalhos de: Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni *Cor e mobilidade social em Florianópolis*; de Fernando H. Cardoso *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*; de Octávio Ianni *As metamorfoses do escravo* e de João Baptista Borges Pereira *Cor, Profissão e Mobilidade Social: o negro e o rádio de São Paulo*.

5 As observações de Hasenbalg se referem às seguintes obras: *A integração do negro na sociedade de classes*, de Florestan Fernandes; *As metamorfoses do escravo* de Octávio Ianni e *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional* de Fernando Henrique Cardoso. Estes estudos se originaram ou foram influenciados pelo programa de pesquisas apoiado pela UNESCO. Ver: Bastide e Fernandes (1951) *O preconceito racial em São Paulo*.

6 Referimo-nos, por exemplo, a dados como: a herança cultural como fator que interfere na escolarização, na medida em que impede ou dificulta a percepção da sua importância; o estado de anomia e de "desorganização familiar" influenciando na postura adotada frente à escola; o estado de pauperização da população negra obrigando o trabalho precoce do menor e, portanto, influenciando no seu processo de escolarização.

7 Na realidade as nossas considerações se referem ao capítulo "O Sistema econômico-social e a situação racial em Curitiba (1888-1950)", publicado no livro de Octávio Ianni *Raças e classes sociais no Brasil*. Neste capítulo, Ianni retoma alguns dos dados e avança algumas considerações desenvolvidas na pesquisa publicada no livro *As metamorfoses do escravo*, onde o autor analisa especificamente a escravidão e o processo de desagregação do sistema escravista em Curitiba.

a educação é focalizada particularmente no contexto do processo de integração do ex-escravo, agora trabalhador livre, à nova estrutura econômico-social da cidade de Curitiba. Cardoso, ao estudar a formação da sociedade escravocrata e a situação do negro no Rio Grande do Sul, aborda tangencialmente a questão educacional⁸ ao se referir às denúncias dos primeiros movimentos de negros porto-alegrenses⁹ contra as arbitrariedades cometidas na escola contra alunos negros, e às práticas discriminatórias que tinham por função impedir que o negro partilhasse com os brancos dos benefícios da ordem democrática, como por exemplo, freqüentar a escola¹⁰.

Por outro lado, autores que se preocuparam em caracterizar a perspectiva teórica que orienta os estudos sobre relações raciais, particularmente no que diz respeito à articulação entre raça e classe, têm apontado para o privilegiamento da perspectiva da classe social nos estudos sobre o negro. "A partir da preocupação com os resultados pouco equitativos do crescimento econômico do país, os intelectuais progressistas têm rejeitado as noções de democracia racial e de uma ordem racial harmoniosa. Todavia, pode-se notar entre eles a tendência a reduzir os problemas dos negros e dos mulatos àqueles da classe operária e massas populares. Esta perspectiva deriva fundamentalmente do fato de que a maioria dos brasileiros não-brancos constitui parte de grupos e classes subordinados, tais como o campesinato, o sub-proletariado urbano e a classe operária" (Hasenbalg, 1979, p. 19).

Ainda se referindo a estes estudos, Hasenbalg aponta para um outro aspecto que tem caracterizado as linhas de análise sobre relações raciais no Brasil: a perspectiva assimilacionista¹¹.

Assim, para a corrente liberal conservadora, que enfatiza o caráter harmonioso e único das relações raciais brasileiras, a questão racial não se coloca. As demais correntes reconhecem a existência de problemas, mas têm uma perspectiva otimista a respeito, pois de acordo com o seu enfoque, com o desenvolvimento da industrialização, a discriminação racial tenderá a desaparecer. Nenhuma concebe a convivência do industrialismo com o racismo e a discriminação.

A partir deste posicionamento, Hasenbalg analisa as articulações entre raça e classe de uma outra perspectiva¹². Embora, sem negar que o destino da população negra — que ele reconhece vinculada aos grupos e às classes sociais subordinadas — esteja associado "à evolução política e estrutural da sociedade brasileira", este autor pretende verificar, com maior acuidade, o peso da raça na análise das desigualdades entre a população branca e a negra. Diz ele: "Sem dúvida alguma a grande maioria dos negros¹³ e mulatos no Brasil é exposta aos mesmos mecanismos de dominação de classe que afetam outros grupos subordinados. Mas, além disto, as pessoas de cor sofrem uma desqualificação peculiar e desvantagens competitivas que provêm de sua condição racial" (1979, p. 20).

Para Hasenbalg, tais desigualdades não derivam apenas das diferenças observáveis no ponto de partida de ambas as populações, mas são devidas, principalmente, às oportunidades desiguais de ascensão após a Abolição.

Dentre as circunstâncias que contribuíram para este desequilíbrio, destaca a política de imigração impregnada de "matizes racistas" que resultou na marginalização dos negros e reforçou o padrão de distribuição regional dos dois grupos raciais: os negros se concentraram nas regiões economicamente menos desenvolvidas (principalmente no Nordeste), onde as oportunidades ocupacionais e educacionais eram muito limitadas; e os brancos, na região Sudeste ou Brasil desenvolvido.

De acordo com esta perspectiva, qualquer análise sobre essas desigualdades tem que levar em conta as diferenças regionais¹⁴ e o grau de concentração da população branca e negra nas mesmas. Entretanto, a exaustiva análise efetuada pelo autor, utilizando-se dos dados dos Censos de 40 e 50 e da PNAD 76, mostrou profundas desigualdades no campo educacional e profissional entre ambas, mesmo dentro de cada região. Assim, uma vez que o padrão de distribuição geográfica explica, apenas parcialmente, as desigualdades sociais, Hasenbalg levanta a hipótese de que a discriminação racial estaria, então, contribuindo para as desigualdades não atribuíveis à segregação geográfica. A análise¹⁵ é direcionada no sentido de mostrar as diferenças de oportunidades de ascensão social dos dois segmentos raciais, e a influência da raça na alocação das pessoas às diversas posições sociais. Os dados a respeito de realização ocupacional, instrução e renda são, então, trabalhados no intuito de comparar a mobilidade social de brancos e negros.

8 Ver especialmente Cap. VI "O negro na sociedade de classes em formação", p. 269-306 (Cardoso, 1962).

9 Esses movimentos ocorreram logo após a Abolição. Cardoso analisa o jornal *O Exemplo* que começou a circular em 1892.

10 Cardoso cita uma série de artigos publicados no jornal *O Exemplo*, em que transparece a ênfase na instrução e a clamoração para a população negra se instruir.

11 Hasenbalg inclui entre estes, os estudos de Donald Pierson e Charles Wagley sobre as relações raciais no Norte e Nordeste do país na década de trinta. Impressionados com as diferenças das relações raciais vigentes no Brasil e Estados Unidos, estes autores desenfazem a importância das discriminações. Para eles, os preconceitos existentes seriam sobretudo de classe e não de raça, uma vez que a população de cor se concentrava nas classes baixas. Os estereótipos existentes não se concretizariam em discriminações ao nível do comportamento. A cor não seria um fator importante na determinação da posição da pessoa, mas um fator residual.

12 As observações a respeito baseiam-se na obra *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*, em que a análise da situação racial do Brasil pós-Abolição se situa dentro de um objetivo mais amplo: acrescentar novos elementos para a avaliação das relações raciais ocorridas no passado e oferecer subsídios para a reconstrução da história social dos brasileiros descendentes de africanos.

13 Hasenbalg, ao se referir aos pretos utiliza, no mais das vezes, a expressão negros; ao se referir a negros emprega as expressões "não brancos" ou "pessoas de cor".

14 Clóvis Moura (1977) é outro autor que chama atenção para as diferenças regionais. Na sua opinião, os indicadores do conceito de marginalidade do negro devem ser regionalizados.

15 Esta análise incide sobre uma amostra probabilística de múltiplos estágios da população adulta de seis estados da região Centro-Sul do Brasil e é conduzida em termos de estratificação social, desconsiderando, portanto, as mudanças de posição na estrutura de classes.

Os resultados de suas análises indicam que os negros sofrem uma desvantagem competitiva em todas as fases do processo de transmissão de status que, segundo o autor, se deve a "efeitos de práticas discriminatórias sutis e de mecanismos racistas mais gerais".

Além dos negros serem originários, em sua maior parte, de famílias de baixo status, eles têm menores probabilidades que os brancos de mesma origem de ascender socialmente, seja no campo ocupacional ou educacional. Também sua renda, ou realização ocupacional, é inferior à dos brancos de mesmo nível educacional.

Entretanto, mesmo Hasenbalg, preocupado em desvendar principalmente a influência da raça na situação do negro, trabalha os dados sobre educação principalmente na perspectiva da mobilidade social. Deste modo, a educação é analisada em bloco, através do pressuposto de que ela tenha o mesmo significado para ambos os segmentos raciais da população. Nesta perspectiva, não há lugar para aprofundar a análise, no sentido de desvendar o significado da educação para os negros, ou de como esta parcela da população vivencia a escola, qual sua trajetória escolar, ou para que cursos é encaminhada.

Apesar de o autor apontar para a necessidade de se explorar a especificidade da educação do negro — referindo-se à influência da cor da pele como um fator que afeta negativamente o desempenho escolar e o tempo de permanência na escola, à existência de práticas discriminatórias na escola ou de fatores extra-escolares, como expectativas familiares, níveis de aspiração culturalmente impostos, como causas da baixa realização educacional do negro — a análise dos dados não é encaminhada nesta direção.

Quando voltamos, agora, a atenção para o estudo sobre o negro na área da educação, pensamos que seria importante aprofundar as investigações, no intuito de detectar em que medida a opção de análise na perspectiva da estrutura de classes não teria esmaecido o interesse pela compreensão de como se processam as interações entre sistema escolar e segmentos raciais. Ao que tudo indica, ela deve ter tido algum tipo de influência.

As declarações de pesquisadores da área de educação, que entrevistamos¹⁶ a fim de compreendermos a ausência da variável cor ou de uma preocupação específica com a educação da população negra nos diagnósticos educacionais, de um certo modo, confirmam esta hipótese. Alguns desses pesquisadores reconhecem que a concentração maciça do alunado negro nas camadas mais desfavorecidas da população, provavelmente teria sido responsável por esta ausência, levando os estudiosos a identificarem os problemas do negro com os problemas enfrentados por estas camadas, ou pelo menos a não considerarem a especificidade da pertinência racial.

Neste sentido, as colocações de Hasenbalg, e de outros autores como Nelson do Valle Silva, enfim, dos pesquisadores que têm considerado a articulação da raça e classe sob uma outra perspectiva, mostram-se bastante sugestivas para se pensar a educação da população negra, devendo ser difundidas entre teóricos e críticos da educação, que nos parecem, neste momento, alheios a esta questão.

DADOS DE INTERESSE SOBRE A EDUCAÇÃO DO NEGRO

Como dissemos, a educação do negro aparece na bibliografia de forma pouco sistematizada e quase que exclusivamente em função de análises voltadas para outras dimensões. Entretanto, muitos estudos sobre o negro contêm informações importantes que podem ser articuladas em torno do recorte educação. Assim, foram recuperados na bibliografia consultada, dados, informações e reflexões sobre a educação de negros, que organizamos num quadro o mais coerente e sistemático possível.

O significado da educação

Um dos aspectos mais recorrentes nos estudos sobre o negro brasileiro tem sido a discussão sobre o significado e a importância que este atribue à educação escolar.

Dados diversos e estudos sistemáticos mostram que esta preocupação com a educação — seja como fator de ascensão social, seja como mecanismo de combate à discriminação — está presente na população em geral, na família, ou em setores organizados e mobilizados da comunidade negra brasileira.

Vejamos, portanto, como a educação tem sido cogitada pela família, pelas associações e pela imprensa negra.

Família

Através de dados e observações contidos em trabalhos que focalizam de maneira mais sistemática a família negra ou que se referem, ainda que esporadicamente, à questão da educação e família, percebe-se que não se pode falar numa atitude genérica da família negra frente à educação. Esta varia em função do momento histórico, do tipo de família e do enfoque do próprio autor¹⁷.

Florestan Fernandes, em *A integração do negro à sociedade de classes* (1964), destaca, duas posturas da família negra frente à educação. Logo após a Abolição, quando, segundo o autor, a família negra enfrentava um estado de "desorganização sóciopática", não havia condições para uma valorização da educação. "Os pais ignoravam a existência e a utilidade das escolas". Além disso, a frequência à escola pressupunha pré-condições, como a existência de recursos, de uma vida organizada, pré-condições estas que eram raras, dadas a situação enfrentada pela família negra na época. Também, o tipo de trabalho exercido — em geral ocupa-

16 Estas entrevistas ainda não foram analisadas sistematicamente. Deste modo, as observações a respeito não são resultado de uma análise sistemática e, portanto, passíveis de serem alteradas.

17 Veja, mais adiante, no item *A socialização*, uma revisão mais sistemática de autores que estudaram a família negra principalmente no que diz respeito a sua organização.

ções manuais que permitiam a aquisição de habilidades específicas através da própria prática — não favorecia o desenvolvimento de uma consciência sobre a importância e necessidade da escolarização.

Mesmo nas famílias que o autor denomina "integradas", a situação pouco diferia, devido às debilidades organizatórias que, por sua vez, refletiam as precárias bases do seu equilíbrio interno. Muitas vezes estas famílias, embora acalentassem ambições educacionais, preferiam abafá-las, a fim de evitar que os filhos enfrentassem as barreiras sociais que o seu senso de realidade captava existirem. Fernandes cita exemplos de pais que convenciam os filhos a desistirem dos estudos pelo temor às decepções que esses fatalmente viriam a sofrer. Neste sentido, sua análise extrapola a família para incidir sobre uma série de outros fatores, que exercem também uma ação estabilizadora e que interferem no mecanismo de integração do negro à vida social, inclusive no âmbito escolar. O preconceito racial, por exemplo, seria um dos responsáveis pela não consideração da escola, pela não colocação da educação como uma meta a ser atingida, na medida em que ele cria uma atitude passiva e conformista e um sentimento de inferioridade, que se configuram como barreiras subjetivas aos seus esforços de ascensão social. O autor se serve de uma série de depoimentos para mostrar como estes mecanismos interferem nas expectativas e atitudes dos pais, que passam a desestimular os filhos de frequentarem a escola, enfim de exercerem ocupações para as quais o "negro não nasceu".

Mas de qualquer modo, as diferenças que separam a família "integrada" e a família "desintegrada" eram diferenças de grau e, em ambas, 'a criança negra' tinha estreitas possibilidades de aproveitar as oportunidades educacionais do ambiente" (1964, p. 198).

Num segundo momento, em que o negro já está relativamente integrado na estrutura ocupacional e no sistema, em decorrência da abertura de oportunidades determinadas pela intensificação da expansão econômica¹⁸ que se iniciara no final da década de trinta, Fernandes assinala alterações na visão da família negra a respeito da educação: "A ocupação estável não garante só uma posição na sociedade e uma concepção de mundo. Ela desenvolve os pontos de apoio estruturais e dinâmicos que impediam o 'negro' de participar normalmente, da ordem social competitiva. Já pode pensar em educar o filho. No futuro da família. (...) Eis toda uma cadeia de conexões e de motivações, que criam e generalizam idéias mais ou menos sólidas de ascensão social." (1964, p. 447).

Neste contexto, mesmo sob condições desvantajosas representadas pela instabilidade, baixa renda, há todo um esforço para enviar e reter os filhos na escola. Essa mudança de mentalidade, segundo Florestan Fernandes, está associada à alteração na organização familiar. A consolidação da família negra, o desenvolvimento de mecanismos de solidariedade doméstica produzem efeitos positivos sobre a possibilidade de ascensão das novas gerações, na medida em que há uma preocupação com a escolarização e com os problemas dos filhos.

Esta mesma visão sobre a família negra se reencontra em outros estudos (Cardoso & Ianni, 1960; Barbosa,

1983). De um modo geral eles mostram que, à medida que a família ascende socialmente, aumenta a preocupação com a educação: "Uma das principais preocupações dos negros e mulatos, particularmente chefes de família e aqueles que estão ingressando na classe média, diz respeito à luta pela elevação intelectual, como técnica segura de ascensão social e integração em grupos brancos". Para eles, "o elemento de cor" somente poderá ter a sua carreira facilitada, "impondo-se pela cultura" (Cardoso & Ianni, 1960, p. 168). Já os pais de nível educacional menos elevado tendem a adotar uma atitude mais conformista, mais acomodada face à questão racial, o que por sua vez repercute na postura de desalento que adotarão perante a educação, que se configura em afirmações como "qualquer esforço será em vão", "serviço de negro não precisa de estudo". Mesmo nas famílias de nível educacional mais elevado são relatados momentos de desânimo frente a ocorrências mais graves (Barbosa, 1983).

Nos estudos de autores que abordaram o significado da educação no âmbito familiar, percebem-se estas duas faces da questão. De um lado, a consciência do valor da educação (Azevedo, 1953; Pereira, 1967), para a qual são envidados todos os sacrifícios, que às vezes se estendem a toda a família que se mobiliza em torno daquele que tem mais possibilidade de prosseguir nos estudos. De outro, a consciência das dificuldades que o negro terá de enfrentar para sair-se bem (Azevedo, 1953) e que, em determinados momentos, pode resultar numa postura contrária à educação. Bergman (1978) refere-se, por exemplo, aos pais que deliberadamente limitam as ambições dos próprios filhos e Bastide (1952) a um senso de realidade do negro, que o levaria a assumir postura desfavorável à educação, pois percebe que com um diploma a vida lhe será mais dura, preferindo optar pelas ocupações menos qualificadas.

Assim, além das conseqüências advindas das dificuldades econômicas enfrentadas pela população negra, que se concentra, em geral, nas camadas mais pobres da população, outros problemas específicos à condição racial, como o preconceito e toda uma série de representações negativas, acabam se refletindo e interferindo na trajetória escolar da população negra jovem. Os pais, conscientes das dificuldades que a vida escolar e profissional interpõem aos negros, podem vir a desestimular ambições mais elevadas dos filhos. O desestímulo pode advir, não apenas da avaliação das condições objetivas, mas também de introjeção dessas representações, o que pode desenvolver um sentimento de inferioridade que os levam a limitar suas ambições e a de seus filhos¹⁹.

18 Além da expansão das oportunidades no mercado de trabalho, Fernandes também se refere à modernização do horizonte cultural do negro em conseqüência da absorção dos modelos de organização do comportamento, da personalidade e das instituições sociais tomadas da sociedade inclusiva, como um dos fatores que contribuíram para essa integração.

19 Este aspecto do problema é discutido detalhadamente por Fernandes (1964) e por Barbosa (1983).

Uma das colocações que mais nos chama a atenção nos diversos estudos sobre o negro é a preocupação com a educação manifestada pelas diversas entidades, grupos ou movimentos organizados pela comunidade negra no decorrer de toda a sua história em terras brasileiras.

Ao contrário do que se assinalou para a família negra — em que a postura a respeito da educação variou em função do momento histórico, das condições estruturais da sociedade e da própria situação da família — as organizações negras sempre se bateram pelo aperfeiçoamento cultural do negro. Isso não significa que a família em algum momento tenha sido deliberadamente contra esse aperfeiçoamento. Mas, como vimos, nem sempre as condições sociais e psicológicas favoreceram a tomada de consciência dessas questões, ou concorreram para que houvesse um clima favorável ao aperfeiçoamento instrucional, que aparecia no horizonte dessas famílias como um ideal inatingível, dada a sua percepção da inutilidade de tais esforços.

Na medida em que a complexidade e os níveis de atuação das diferentes instituições sociais variam, não é de se estranhar que organizações e famílias negras nem sempre assumissem a mesma combatividade, ou a mesma postura frente à educação. Assim é que, os diversos textos a que tivemos acesso que relatam as formas de organização, as reivindicações, propostas e a atuação das diferentes formas que assumiu o movimento negro, informam sobre a luta pela sua melhoria educacional, seja através de ações concretas, inclusive com a criação de escolas, seja através da conclamação das autoridades e da comunidade negra sobre a importância e a necessidade de instrução. É delas que falaremos a seguir.

A existência de organizações negras é detectada mesmo durante a escravidão, tendo existido, no transcorrer da história, vários tipos de "grupos específicos": quilombos, organizações religiosas, clubes de lazer, cooperativas, escolas de samba, órgãos culturais, imprensa (Moura, 1980).

Foi principalmente a partir da década de vinte, com os movimentos sociais surgidos no meio negro de São Paulo, que esta capacidade de organização se fortalece, seja na forma de uma imprensa ativa, seja na forma de associações, ou em torno de acontecimentos específicos. Estas formas de organização estavam muito ligadas entre si, no sentido de que, muitas vezes, um jornal começava a ser publicado por uma associação ou, ao contrário, estas surgiam justamente em função da existência de um jornal: "Em certa medida, pode-se mesmo dizer que a imprensa preta²⁰ saiu desse movimento associativo; muitos jornais são primitivamente órgãos de um clube que procura estender-se" (Bastide, 1951, p. 78).

Será, portanto, exclusivamente para facilitar a leitura que neste texto trataremos em separado as organizações e a imprensa.

Na obra de Florestan Fernandes *A integração do negro à sociedade de classes*, encontramos uma análise minuciosa do contexto histórico-social em que emergiram estes movimentos, bem como dos incentivos histórico-sociais específicos que contribuíram para a sua formação.

Na ebulição destes acontecimentos, surgem, então, associações com diferentes graus de organização e estruturação, e que, embora perseguissem objetivos diferentes, tinham em comum a luta pela melhoria das condições do negro.

Estas associações tiveram grande importância na "ressocialização do 'homem de cor'". Elas "alargavam a área de contatos internos no 'meio negro'; elas difundiam e consolidavam novos padrões de vida, que contribuíram para aumentar o auto-respeito do 'negro' por si mesmo, seus laços de solidariedade e, especialmente, a insatisfação pelo fato de ver-se posto à margem no seio da sociedade inclusiva" (1964, p. 337).

Florestan Fernandes, reportando-se ao trabalho de Renato Jardim Moreira e de José Correia Leite, *Movimentos sociais no meio negro*, mostra que, desde 1915, vinham sendo fundadas organizações de negros com fins culturais, beneficentes e recreativos, muitas delas responsáveis por vários empreendimentos e campanhas. Entretanto, no que se refere à questão educacional, ele destaca o Grêmio Cultural e Recreativo Kosmos, e o Centro Cívico Palmares²¹, não só por suas iniciativas, mas pelas funções exercidas no campo educacional, ou seja, a objetivação e a canalização das avaliações sobre a importância fundamental da educação para o preto e o mulato, que até então eram colocadas de maneira difusa. A importância da educação foi considerada tão grande que superou o valor atribuído ao conflito na luta do negro, para cuja eficácia, inclusive, a educação foi considerada uma condição prévia.

Através desta afirmação deduz-se que essas associações atuaram de alguma forma no campo da educação, embora a maioria dos autores concentre sua análise mais especificamente na Frente Negra Brasileira, fundada em 16 de setembro de 1931 e organizada posteriormente (1936) em partido político. Com o advento do Estado Novo, a Frente foi fechada, transformando-se na União Negra Brasileira, que se extinguiu em 1938. Para Fernandes, a Frente Negra constituiu "um movimento reivindicatório de tipo assimilacionista" que visava consolidar e difundir uma consciência própria e autônoma da situação racial brasileira; desenvolver na população negra, tendências que a organizassem como uma "minorias racial integrada"; e desencadear comportamentos que acelerassem a "integração do negro à sociedade de classes". Neste contexto, a educação adquire grande importância. O programa²² que sistematiza, em 1936, as "finalidades e as obras realizadas" pela Frente, deixa bastante clara

20 Bastide refere-se à imprensa negra usando o adjetivo "preta".

21 O Grêmio Recreativo Kosmos realizou um programa educativo através de um grupo dramático e de um jornal que publicava notícias sociais e ensaios literários. Segundo informações de Ramos (s. d.) o Centro Cívico Palmares foi fundado por iniciativa da mulher negra que, na sua luta pela causa do negro, lançou um apelo para que todas as mulheres negras se unissem para o levantamento intelectual, cívico e moral do negro.

22 O programa da Frente Negra, citado por Fernandes, *Frente Negra Brasileira: Suas finalidades e obras realizadas* (s. d.), foi redigido por Joviano do Amaral (Fernandes, 1964).

essa preocupação, ao colocar, entre as finalidades da organização, o cuidado com a educação coletiva tanto dos adultos como das crianças, nos seus vários graus e aspectos.

A preocupação com a questão educacional por parte da Frente Negra foi destacada, também, por vários outros estudiosos. Segundo Roger Bastide, um dos objetivos da Frente era elevar o negro através da educação, colocando-o em condições de competir com o branco, o que no seu entender denotava uma postura anti-africana, porque denunciava os cultos africanos, tomando como modelo o negro norte-americano e não o africano (Bastide, 1976). Virgínia Bicudo (1947), ao analisar os estatutos da Associação dos Homens de Cor, na realidade a Frente Negra, mostra que a luta era por melhores condições econômicas, mas visava também a elevação do nível intelectual e moral dos associados.

Miriam Ferrara (1981) afirma que a preocupação da Frente Negra com a educação se materializou em atos concretos, como a criação de uma escola primária que funcionou na Rua da Liberdade. Esta escola, inclusive, teve professores nomeados pelo Estado, mantendo também curso de alfabetização para adultos e teatro. Refere-se ainda, as domingueiras promovidas pela Frente, reuniões que pretendiam educar e conscientizar os negros. Nessas ocasiões eram ministradas aulas de puericultura, higiene, religião, catecismo, comentários sobre poesias e datas nacionais.

Esses objetivos educacionais foram reiterados por grupos dissidentes da Frente. O grupo Clarim da Alvorada, que teve atuação destacada na criação da Frente e da qual, posteriormente, se desligou, fundou o Clube Negro de Cultura Social que, juntamente com seus órgãos de divulgação — o *Clarim da Alvorada*, a *Revista Cultura* (1934) e o jornal *Clarim* (1935) — defenderam a ascensão do negro no campo econômico, cultural e social.

A Associação Cultural do Negro²³, uma das organizações mais significativas do movimento após a Frente Negra, também demonstrou grande preocupação com a educação chegando a criar uma escola que mantinha cursos de alfabetização e de madureza. Fundada em 1954, possuía departamento de cultura, de esportes, estudantil, feminino e uma Comissão de Recreação, além de editar o *Caderno de Cultura Negra*.

A Associação Cultural do Negro teve duas fases distintas, que refletem as diferentes filosofias sobre a solução do problema do negro. A primeira fase caracterizou-se por intensa atividade cultural e artística. A preocupação maior era criar uma ideologia para o negro paulista. Entretanto, contradições ideológicas decorrentes da própria situação dos negros se refletiram na maneira de equacionar essa ideologia, quebrando e abalando a unidade da organização. Após um período de inatividade, a Associação se articulou novamente com objetivos mais assistenciais. Nessa fase foi criada a escola (Moura, 1980).

Mesmo nas associações que não chegaram a se efetivar, permanecendo no âmbito das propostas, está sempre presente a questão da elevação cultural da população negra. No organograma da Associação dos Negros Brasileiros, idealizada por volta de 1945 por figuras expressivas dos movimentos reivindicatórios da década de

27 a 37, mas que acabou não se concretizando, prevê-se a existência de um Departamento de Ensino e Cultura. Entre as atividades a serem oferecidas constam: biblioteca, cursos primários, preparatórios, secundários, conferências, pesquisas, estudos, História Geral, fatores Históricos, Educação Cívica etc.

Também pessoas identificadas com os problemas do negro, colocam a questão educacional em primeiro plano. Assim, surgem propostas para a criação de associações com o objetivo de melhorar as condições culturais da população negra, como a Associação Brasileira para Reabilitação do Homem de Cor²⁴, em cujos estatutos se percebe a importância atribuída à educação como fator de ascensão e de desenvolvimento das capacidades e aptidões naturais dos negros.

Na bibliografia ainda encontramos referências esparsas a outras associações que consideravam a educação como uma das metas prioritárias na resolução dos problemas da raça negra. No 1º Congresso Negro Brasileiro, realizado em 1950 no Rio de Janeiro sob o patrocínio do Teatro Experimental do Negro, um dos congressistas relata como a entidade que preside, União Cultural dos Homens de Cor, estaria resolvendo, em parte, o problema do negro através da instrução. No seu entender, a instrução seria a primeira etapa na resolução dos problemas do negro: uma base cultural seria imprescindível para que se pudesse, no mínimo, exigir o cumprimento da lei (Nascimento, 1968).

Os estudos que focalizam as associações mais recentes têm enfatizado, principalmente, seu caráter de reivindicação e de protesto. A educação não é mencionada. Deste modo, nos faltam elementos para saber se isso não ocorre porque esta questão passou para um segundo plano e, portanto, o pesquisador fixa a sua atenção naquilo que as tem caracterizado mais fortemente ou, se, realmente, a questão educacional deixou de ser cogitada.

O que se percebe é que muitos desses grupos, sob a influência dos movimentos de libertação da África, procuram reavivar a consciência negra, os valores africanos: "várias entidades nasceram voltadas para a África, como uma pátria, em ternos de *díaspóra negra*" (Moura, 1980, p. 170).

23 Florestan Fernandes também se refere a esta Associação, bem como a várias outras, sem entretanto entrar em detalhes a respeito dos seus objetivos (Fernandes, 1964).

24 A idealização dessa associação partiu de A. da Silva Mello, médico preocupado com a situação do negro. De acordo com os Estatutos, a sua finalidade seria essencialmente cultural. Para tanto, ela se propunha a selecionar pessoas negras de reconhecido valor, para garantir-lhes a formação e o desenvolvimento intelectual ou profissional; selecionar nas escolas, crianças e adolescentes negros excepcionalmente dotados, para prosseguirem os estudos de acordo com suas capacidades e aptidões; fornecer auxílio material a pessoas negras da classe intelectual para a execução e publicação de trabalhos culturais; organizar intercâmbio com sociedades congêneres do estrangeiro visando a troca de estudantes de cor; organizar uma biblioteca especializada em livros e periódicos referentes à "gente de cor", realizar cursos, seminários, conferências e atividades que tratem dos problemas relacionados à "gente de cor" (Mello, 1958).

Essa tendência também é assinalada por Borges Pereira (1982) que se refere a três momentos mais significativos nas reivindicações políticas do negro, enquanto grupo racialmente distinto. Na década de trinta, antes do Estado Novo; em 1945, na fase de redemocratização; e, atualmente, na fase de liberação do regime, em que as reivindicações se situam dentro de um contexto mais amplo de reivindicações dos chamados grupos minoritários, marginais ou marginalizados. Há um empenho em estimular medidas que visem, senão a eliminar, pelo menos a aplacar as manifestações de preconceito e discriminação, uma reação ao depauperamento demográfico, que se reflete numa tentativa de ampliar o que é negro, "aliciar" os que ficam na fronteira entre os dois mundos e um movimento de valorização da cultura negra.

Apesar dessa preocupação com a melhoria da instrução da população negra, e das iniciativas concretas, como criação de escolas, os estudos que consultamos praticamente não se referem a lutas, reivindicações ou propostas da comunidade negra em torno do sistema regular de ensino. Até a década de oitenta, a impressão que se tem é que havia a percepção da importância da escola no processo de liberação do negro, mas que esta percepção não se integrava às lutas gerais de democratização do ensino no país. Seria, pois, necessário que as organizações negras fossem reestudadas na perspectiva da História da Educação, para que se saísse do nível das impressões e novas nuances fossem captadas.

Imprensa

Todos os autores que se dedicaram ao estudo da imprensa negra²⁵ têm sido unânimes em destacar o valor atribuído à educação por esses órgãos de comunicação, seja pelas próprias características de que se revestiram — alguns desses jornais eram chamados jornais culturais — seja devido aos apelos que eles dirigiam à comunidade negra para instruir-se e elevar o seu nível cultural.

No seu estudo sobre a imprensa negra, Moura (1980), com base nos relatos de pessoas que aí atuaram, mostra que os primeiros jornais funcionavam como meios de comunicação da comunidade negra, tratando primordialmente do movimento associativo das sociedades dançantes. Posteriormente é que surgiram jornais de caráter mais cultural "dentro de um espírito de atividade profunda", e que tinham como objetivo instruir, elevar e conscientizar o negro. O ano de 1924 marca o início dessa fase com a fundação de *O Clarim da Alvorada*. Roger Bastide também se refere à importância da parte social nos primeiros jornais negros, lembrando, entretanto, que uma política de protesto racial se insinuava cada vez mais nessa imprensa²⁶.

Esta transição também é citada por Moura (s.d.), ao mostrar que o jornal a *Voz da Raça*, que os estudiosos classificam como o mais representativo da fase que se iniciara em 24, apesar de manter os postulados anteriores de que o negro devia igualar-se ao branco através da educação, já reivindica politicamente uma posição para o negro. Já na terceira fase, que se inicia em 1945, as reivindicações políticas se aguçam com a filiação de elementos negros a partidos políticos e com a sua entrada na disputa de cargos eletivos (Ferrara,

1981, apud Moura, s.d., p. 7). Florestan Fernandes também nota uma mudança de perspectiva do negro no enfrentamento dos seus problemas. No período posterior a 1945, começam a esboçar-se novas linhas de consciência da situação sócio-cultural do negro em São Paulo. O negro passa a ver de modo mais abrangente a sua situação, compreendendo que a miséria, a ignorância não eram as únicas barreiras a serem vencidas, e que a sociedade, por sua vez, tolhia a eficácia e a continuidade dos movimentos reivindicatórios (1964, p. 383).

O estudo de Bastide (1951) mostra que embora a imprensa negra tenha refletido, de um modo geral, as variações da política nacional (sua periodização, de um certo modo, é uma tentativa de provar esse reflexo), ela mantém certas reivindicações constantes ao longo do tempo. Uma dessas reivindicações ou ideais pelos quais se bate é a melhoria da educação de negros, seja para lembrar como sua ausência prejudicava o negro: "Uma vez assinada a lei, esqueceram-se de que estavam na obrigação de facilitar à gente negra os meios de se educarem. Por falta disso é que abolição não passou do papel, continuando os negros por mais de 40 anos em situação igual ou pior que a anterior a 1888²⁷"; seja para mostrar a necessidade de ascensão do negro: "Todos os jornais fazem apelo à instrução, assim como muitas associações abrem escolas noturnas; é pelo livro que o preto subirá, que se tornará igual ao branco e será recebido por ele"²⁸. Numa sociedade em que o preconceito de cor se confunde com o preconceito de classe, a instrução tem caráter utilitário. Reflete um desejo de sair da classe proletária e assim destruir o preconceito que pesa sobre o negro.

Na sua análise sobre os movimentos negros, Florestan Fernandes ressalta o papel da imprensa negra na valorização da educação, o que na sua opinião, reflete a descoberta por parte do negro da importância da instrução e da escola como fator de integração à ordem social vigente.

Miriam Nicolau Ferrara (1981) nos três períodos²⁹ em que divide a história da imprensa negra, entre 1915/

25 Ver especialmente: Bastide (1951); Fernandes (1964); Moura (s.d.); Ferrara (1981); Ramos (s.d.); Cardoso (1962).

26 A periodização de Bastide difere da apresentada no trabalho de Moura (1980). Ele distingue a primeira fase (em que predominava este caráter social) a partir de 1915, ano em que surgiu o 1º jornal *O Menelick*, seguindo-se do *Princesa do Oeste* (1915), *O Bandeirante* (1918), *O Alfinete* (1918), *A Liberdade* (1918), *Kosmos* (1922), *O Clarim da Alvorada* (1924), *A Tribuna Negra* (1928), *Quilombo* (1929); a segunda, que caracteriza a passagem da reivindicação jornalística para a reivindicação política com *O Progresso* (1931), *Promissão* (1932), *Cultura Social e Esportiva* (1934), *O Clarim* (1953) e a *Voz da Raça* (1936); finalmente, o terceiro período que se inicia após 1945, depois do Estado Novo, em que a imprensa negra praticamente desapareceu. Nesta fase, Bastide cita o *Alvorada* e o *Senzala*.

27 *A Voz da Raça*, I, 28 apud Bastide (1951, p. 60).

28 *O Getulino*, I, 35 (art. de Lino Guedes), II, 56 (versos de A. Marquez); *A Voz da Raça*, I, 16, 18, 31, 32 apud Bastide, (1951, p. 72).

29 A periodização proposta pela autora é a seguinte: 1º período 1915 a 1923; 2º período 1924 a 1937; e 3º período 1945 a 1963.

1963, mostra como aparecem referências à educação, à instrução. No primeiro período, a educação é vista como um fator de integração do negro: "nessa tentativa de integração o negro coloca diferentes ideais, principalmente o profissional e o educacional" (p. 89); no segundo, o tema da educação continua a ser enfatizado como fator de integração ou de ascensão social. Percebe-se, também, uma valorização da instrução através das reivindicações de maiores facilidades para a educação do negro, da sugestão para a fundação de sociedades beneficentes de caráter educativo, do combate ao analfabetismo ou mesmo de crítica aos negros, responsabilizando-os pela sua situação de inferioridade, para a qual concorreria, entre outros fatores, a ausência de instrução; e no terceiro, a reivindicação por educação visa, sobretudo, a melhoria das condições de vida. A educação é vista como uma condição para a obtenção de melhores oportunidades de trabalho e de remuneração.

Clóvis Moura também mostra como a educação e a cultura são consideradas pela imprensa negra como fatores essenciais para a integração do negro brasileiro (mais brasileiro do que afro-brasileiro) na nossa sociedade, como cidadão. Em toda a trajetória dessa imprensa há uma constante, conforme já assinalamos: a ascensão do negro deverá realizar-se através do seu "aprimoramento cultural e do seu bom comportamento social" (s.d., p. 10).

É importante ressaltar a observação de Moura sobre a visão dessa imprensa a respeito de quem teria responsabilidade por essa educação. A educação é considerada como uma missão da família. É uma questão privada. Somente uma vez este autor encontrou uma referência explícita ao ensino público, como veículo capaz de solucionar o problema dos negros.

Finalmente, o valor atribuído à instrução fica evidente quando a instrução em si é considerada como um fator de valorização do negro, uma maneira de restituir-lhe a confiança. Nessa imprensa, segundo Bastide, as seções literárias tinham por finalidade mostrar a inteligência do negro brasileiro.

Não poderíamos deixar de assinalar, ainda, o estudo realizado por Fernando Henrique Cardoso sobre o jornal *O Exemplo*, ao qual já nos referimos, que mostra a grande ênfase atribuída à educação por este periódico. O mais impressionante deste estudo é que Cardoso (1962) cita editoriais deste jornal datados de 1892, 1893, em que a questão já era discutida.

Eventos

Além da imprensa negra e das organizações, vários outros eventos também configuram o movimento negro que se iniciou na década de vinte em São Paulo. São os congressos, convenções e encontros, que tinham como objetivo discutir questões pertinentes ao negro.

Os estudos sobre o negro nos trazem poucas informações a respeito desses eventos que, em geral, são apenas citados. Entretanto, através dessas poucas referências, pode-se perceber que a questão educacional era cogitada.

No I Congresso do Negro Brasileiro³⁰ realizado no Rio de Janeiro, em 1950, por iniciativa do Teatro Experimental do Negro³¹, a questão educacional foi obje-

to de debate seja nas teses apresentadas, seja nas discussões entre os participantes. Há uma grande preocupação com o analfabetismo, apontado como uma das causas da desvantagem social do negro, como responsável pela postura de inferioridade do negro perante o branco. A importância atribuída à educação, por sua vez, se reflète na sugestão da criação de uma entidade de âmbito nacional que congregaria uma elite mental encarregada de orientar a recuperação do negro em todo o país, através de uma atuação em vários campos, inclusive no educacional, proporcionando orientação escolar, profissional, alfabetização³².

Na II Semana de Estudos "A contribuição do Negro na Formação Social Brasileira", realizada em 1977 na Universidade Federal Fluminense, a questão educacional se constitui num ponto de partida para o encaminhamento de outras discussões. O intelectual negro Eduardo de Oliveira e Oliveira, na sua comunicação "Etnia e Compromisso Intelectual", lembra que o negro, dada a sua exclusão do processo educacional, não tem condições de satisfazer às expectativas que a sociedade mantém em relação a ele. Na época da escravidão o negro era excluído da escola e, no decorrer do tempo, os dados mostram a sua precária participação no sistema escolar.

As iniciativas negras no campo da educação

As diversas manifestações do movimento negro não se restringiram à reivindicação ou à denúncia: em muitos momentos foram tomadas iniciativas a fim de concretizar os ideais propagados, através da criação de escolas e cursos para a comunidade negra. Embora as informações que conseguimos reunir sugiram que essas iniciativas foram efêmeras, sem continuidade, não se sabe até que ponto elas o foram realmente, ou até que ponto nossas informações são frágeis pois baseadas em fontes precárias. Eis aqui um outro tema que nos parece importante para a História da Educação, na medida em que, a nosso conhecimento, não existe estudo sistemático a respeito, mas apenas informações esparsas. Por essa razão, resolvemos incluir neste trabalho, as iniciativas sobre as quais encontramos referência, mesmo que tivessem ocorrido fora do Estado de São Paulo.

30 Sabemos, entretanto, da realização de muitos outros eventos sobre os quais não obtivemos nenhum registro, como por exemplo a "Convenção Nacional do Negro" realizada em 1945, a "Conferência Nacional do Negro" realizada em 1949.

31 O Teatro Experimental do Negro foi fundado em 1944 com o objetivo de resgatar a cultura negra e seus valores. Para Abdias do Nascimento, seu idealizador, esta herança cultural forneceria a contraprova do racismo e ajudaria o negro a se reencontrar com suas forças potenciais, tornando-o apto a uma contribuição criadora no teatro. O Teatro Experimental do Negro dedicou-se, também, à criação de uma pedagogia para educar o branco dos seus complexos, sentimentos de superioridade, mostrar ao branco a impossibilidade do país progredir socialmente enquanto insistir nos privilégios coloniais e manter a discriminação (Nascimento, 1968).

32 É impressionante como estas propostas se aproximam de reivindicações e iniciativas assumidas pelo movimento das mulheres.